O cigarro

Leandro Colling

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COLLING, L. O cigarro. In: *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer* [online]. Salvador: EDUFBA, 2015, pp. 237-248. ISBN 978-85-232-2013-6.
<https://doi.org/10.7476/9788523220136.0004>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O cigarro

O que me motiva politicamente e o que quero alcançar é aquele momento no qual um sujeito – uma pessoa, um coletivo – afirma seu direito a uma vida habitável na ausência de uma autorização prévia, de uma convenção clara que o possibilite.

(Judith Butler)¹²³

E depois de tudo isso, o que pensar? O que aprendi em todo este longo e inesquecível percurso de *flertes*, *transas* e tensões? O que o movimento LGBT e o ativismo *queer* desses quatro países nos ensinam sobre as políticas sexuais e de gênero? Essas são algumas questões que pretendo ter como norte nesta parte final do livro. São perguntas amplas e complexas, obviamente serei incapaz de esgotar as respostas, mas eis algumas das minhas investidas.

Com base na revisão bibliográfica e nas entrevistas, observações e coleta de diversas informações realizadas em Portugal, Argentina, Chile e Espanha, posso apontar algumas das principais diferenças existentes entre o ativismo *queer* e/ou de dissidência sexual, que dialoga mais com as políticas das diferenças, oriundas de uma pers-

¹²³ Trecho de *Deshacer el género*, de Judith Butler.

pectiva da filosofia das diferenças, e as políticas geradas em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades, que são as mais adotadas pelo movimento LGBT desses países.

Antes de apontar as diferenças, quero destacar duas coisas que se mostraram recorrentes. Uma delas é que, mesmo em graus variados, a Igreja Católica se mostrou e continua sendo uma significativa opositora das pautas do movimento LGBT. Ao contrário do que ocorre no Brasil, as denominações evangélicas, pelo menos nesses quatro países, ainda não possuem tanto poder. No entanto, conforme foi possível verificar nas entrevistas com a militância, isso não quer dizer que não existiram sucessivas tentativas, feitas por evangélicos, de desqualificar e impedir a aprovação de determinadas leis.

Outro aspecto que chama a atenção: junto com ou após a aprovação das leis, como a do casamento igualitário, a lei de identidade de gênero ou antidiscriminação, não têm sido desenvolvidas, pelos poderes públicos, efetivas políticas para a plena cidadania das pessoas LGBT. Ou seja, há um descompasso entre avanços legais e avanços em termos de políticas públicas nos países pesquisados. Além disso, a aprovação de leis, conquistadas por vários fatores políticos, culturais e sociais, que variam de país para país, exaustivamente detalhados ao longo do livro, tem criado, segundo ativistas entrevistados, uma sensação nos governos e na sociedade em geral de que os problemas da população LGBT já foram resolvidos. Para completar esse quadro negativo, as poucas ações que existiam em alguns governos mais progressistas foram interrompidas quando partidos políticos mais conservadores venceram as eleições em países como Portugal e Espanha, por exemplo.

Dito isso, passo a elencar algumas das principais diferenças entre o movimento LGBT e o ativismo *queer* dos quatro países pesquisados,¹²⁴ fiel ao fio condutor anunciado desde o início deste livro:

¹²⁴ Comecei a sistematizar essas diferenças em outro texto, (Colling, 2014c) que possui algumas semelhanças e diferenças entre o que está agora neste livro. Isso ocorre porque naquele artigo eu ainda estava na metade da investigação e analisava apenas Portugal e Chile.

1. O movimento LGBT institucionalizado apostou e ainda aposta quase que exclusivamente na conquista de marcos legais, em especial o matrimônio ou outras leis, como as de antidiscriminação, identidade de gênero e normativas, como portarias para o uso do nome social por pessoas trans, etc. Já o ativismo *queer* prioriza as estratégias políticas através do campo da cultura, em especial através de produtos culturais, pois ativistas entendem que os preconceitos nascem na cultura e que a estratégia da sensibilização via manifestações culturais é mais produtiva, mas desde que elas também confrontem as normas de gênero e sexualidade que já estão instituídas. Por isso, além de produtos culturais mais conhecidos, as performances políticas, realizadas diretamente nas ruas, ganham grande espaço nesses coletivos.

O ativismo *queer* critica a aposta exclusiva nas propostas dos marcos legais, em especial quando essas estratégias e leis reforçam normas ou instituições consideradas disciplinadoras das sexualidades e dos gêneros. Essas críticas produzem significativos embates, brigas e incompreensões. As mais recorrentes tratam sobre o casamento igualitário. As críticas realizadas por pessoas do ativismo *queer* são lidas pelo movimento LGBT como se elas fossem contrárias às leis que autorizam o matrimônio ou união civil entre pessoas do mesmo sexo. Nunca encontrei (dentro ou fora desta pesquisa) alguma ativista ligada às perspectivas *queer*, vinculada ou não à academia, que se posicionasse contra o direito de homossexuais casarem e terem filhos. Várias delas revelam aqui que também se engajaram na luta pela aprovação dessas leis em seus países. Como espero ter ficado bem explicado ao longo do livro, a crítica é ao estabelecimento de mais um grau de respeitabilidade e ao que se perde (ou deixa-se de ganhar) com o Estado regulando as nossas relações, desejos e configurações de parentesco.

2. O movimento LGBT possui poucas ações que promovam o respeito às diferenças de gênero e sexualidade através do campo da cultura, apesar de, a cada dia, crescer a percepção de que apenas as leis

não modificam as práticas preconceituosas. Especialmente em países que já aprovaram leis importantes, como o casamento e a lei de identidade de gênero, é cada vez mais recorrente ouvir pessoas da militância dizendo que agora chegou a vez de conquistar a igualdade real, de modificar a cultura de cada local para que ela seja mais receptiva para com as diferenças. Apesar disso, quando pergunto quais são as prioridades de cada coletivo do movimento LGBT, invariavelmente as pautas voltam a recair sobre outros aspectos legais, portarias necessárias, etc e etc. Ao verificar as ações que são tidas por determinados grupos como oriundas de políticas culturais para o combate aos preconceitos, no máximo encontraremos a produção de alguns documentários, peças de teatro, corais e festivais de cinema LGBT. Ou seja, trata-se de uma percepção curta sobre o que é o campo da cultura, de como é possível incidir sobre ela, sobre como ela pode servir para produzir ações políticas que efetivamente produzam novas formas de subjetivação, aquelas que Rolnik (2011) caracterizou como micropolíticas.

A grande alternativa do movimento LGBT, para tentar mudar a cultura preconceituosa, é apostar as fichas em políticas públicas nas escolas. Nenhum dos quatro países, como vimos, possui políticas efetivas para a promoção do respeito às diferenças de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Por conta disso, a militância tenta fazer o que pode, indo às escolas receptivas ao debate para incluir algumas temáticas nas atividades extraclasse. No entanto, como bem alerta a Pessoa X (entrevista, 2013), se esse conteúdo não questionar efetivamente as normas de gênero e sexualidade, poucos resultados teremos com essas ações.

3. O movimento LGBT, através da afirmação das identidades, tenta forçar todas as pessoas não-heterossexuais e não cisgêneras a se enquadrar em uma das identidades da sigla LGBT. As pessoas que transitam entre as práticas sexuais e os gêneros e que defendem isso politicamente, via de regra, são rechaçadas. Já no campo do ativismo *queer*, entende-se que as identidades são fluidas, que novas identi-

dades podem ser criadas, recriadas e subvertidas permanentemente e que todas elas são importantes, sem hierarquias. Como vimos ao longo do trabalho, em anos recentes inclusive a utilização de conceitos como o de transfobia e lesbofobia foram rejeitados por ativistas gays heteronormatizados até a medula. Alegavam que isso retiraria a força do conceito de homofobia, que já estaria compreendido pelo movimento e pela sociedade.

A tentativa de manter apenas uma das identidades da sigla LGBT como representativa de todas também flerta com essa dificuldade de aceitar, entender e aprender com as diversas identidades no interior da própria população LGBT. Não é por nada que muitas vezes ativistas *queer* e/ou transfeministas acusam o movimento de ser LG ou GGG, pois nem sempre se trabalha para evitar hierarquias identitárias dentro do próprio movimento. Um exemplo disso é o fato de que em alguns países, como o Chile, o movimento lésbico encontra-se bastante invisibilizado. Nem todos os grupos LGBT, como os da Espanha e Argentina, possuem uma explícita e louvável política de rodízio de identidades na presidência dos coletivos e federações. Grosso modo, o movimento que se diz LGBT ainda é gay. Na Argentina e na Espanha, as lésbicas possuem mais protagonismo, já no Chile estão bastante invisibilizadas. O movimento trans, forte na Argentina e bem expressivo na Espanha, é quase inexistente em Portugal e com visibilidade crescente no Chile.

4. Boa parte do movimento LGBT considera que, para conquistar direitos, as pessoas LGBT precisam criar uma “representação respeitável”, uma “boa imagem”, o que significa, no final das contas, uma aderência à heteronormatividade. Isso fica muito evidente com a recusa em incorporar temas como as relações poliamorosas e práticas sexuais mais dissidentes, como BDSM, ou mesmo relações afetivo-sexuais não monogâmicas e/ou que rejeitam os pressupostos da família nuclear burguesa, e também na pouca aderência ou até oposição à luta pela regulamentação do trabalho no mercado do sexo.

As pessoas do ativismo *queer* rejeitam a ideia de que, para ser respeitado ou ter direitos, as pessoas devem abdicar das suas singularidades em nome de uma “imagem respeitável” perante a sociedade. Ao invés disso, tentam evidenciar como se construiu e como se perpetua essa tal respeitabilidade, quem é deixado de fora nesse processo, ou seja, quem é considerado humano e quem é apenas um corpo abjeto, portador de um gênero ininteligível, como muito bem explica Butler. (2001; 2002; 2003)

5. Outra grande diferença entre grupos do movimento LGBT e coletivos de ativismo *queer* diz respeito às suas formas de organização e gestão. O movimento LGBT pode ser assim chamado porque se articula em cada país em redes e federações, e também em nível global via, por exemplo, associações internacionais como a Ilga. Os grupos possuem um presidente ou coordenador que, em alguns locais, parece vitalício, como é o caso do Movilh, no Chile, e é essa pessoa quem responde oficialmente pela associação, nem sempre consultando as suas “bases”, quando elas existem, é claro. Para essa pessoa é delegado o poder de representar o grupo. Os coletivos *queer* aqui estudados tentam fugir dessa forma de gestão, nem sempre com total êxito, porque algumas pessoas acabam se destacando mais do que outras, mas ainda assim a relação é bem mais horizontal e as assembleias são convocadas para a discussão de vários aspectos e temas.

6. As ações de desobediência civil também são um significativo diferencial entre o movimento LGBT institucionalizado e os coletivos *queer*. Enquanto o movimento tende a pressionar o campo da política via manifestações, abaixo-assinados, comunicados à imprensa, ofícios, os coletivos *queer*, às vezes, lançam mão de ações que podem levar ativistas para a prisão e a responder processos judiciais. Ocupação de prédios públicos ou não habitados, protestos dentro de igrejas (como foi o caso na Catedral de Santiago do Chile), performances que resultam em prisões ou processos são apenas algumas das ações de desobediência civil utilizadas.

7. Nas performances, demais manifestações de rua, vídeos e outras produções culturais, o corpo, em geral bastante sexualizado, vira o principal instrumento da política. Quando isso não acontece, pelo menos verbalmente, se fala muito, e explicitamente, de sexo, seja nos manifestos mais elaborados, sejam nos criativos slogans, como “Sodomiza com teu clitóris o heteropatriarcado” (CUDS) ou “Tiram-nos as calças, mas não lhes damos o cu. Passos rua!” (Panteras Rosa). Cartazes como esses, em manifestações de rua, seriam impossíveis de serem carregados com as assinaturas dos respeitáveis militantes LGBT, mas não pelas “bichas loucas”.¹²⁵

8. Por fim, elenco mais uma substancial diferença: a interseccionalidade ou, pelo menos, uma constante tentativa de construí-la. As vozes e coletivos sintonizados com as perspectivas *queer* parecem muito mais interessadas/os em encontrar pontos de contato com movimentos feministas, étnicos, migrantes, de trabalhadoras do sexo, de jovens e de pessoas que lutam contra o capacitismo. Além disso, também é nos coletivos *queer* que encontrei uma leitura mais crítica ao quanto o mercado usa e absorve a identidade gay. Foi raríssimo ouvir, nas entrevistas que realizei com militantes do movimento LGBT *mainstream*, uma palavra contra o capitalismo, ou de como esse mercado, que está de olho no dinheiro rosa, estabelece um padrão corporal e de comportamento que poucas pessoas LGBT conseguem atender completamente. A exceção, nesse quesito, foi a presidenta do COGAM, Esperanza Montero.

Ainda que as características acima sejam encontradas na maioria dos grupos que conformam o movimento LGBT institucionalizado desses países, é claro que também existem exceções, e elas ficam mais evidentes quando as pessoas que os integram compreendem o campo das sexualidades e dos gêneros de uma forma um pouco me-

¹²⁵ Faço referência aqui ao texto já citado na primeira parte do livro: MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: EULÁLIO, Alexandre (Org.). *Caminhos cruzados – linguagem, antropologia, ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 99–111. Texto republicado em COLLING, Leandro (org). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: Edufba, 2011, p. 21 a 36.

nos normativa e crítica, abrindo mão de explicações genéticas e/ou biologizantes e patológicas para explicar as orientações sexuais e as identidades de gênero. Como espero ter ficado evidente ao longo do livro, quando isso acontece, as fronteiras entre o movimento LGBT mais institucionalizado e o ativismo *queer* ficam menos nítidas. Essa rasura é muito interessante e também potente, e é nessas ocasiões em que se produz um diálogo mais intenso entre os dois “blocos”. Isso ainda parece acontecer de forma pouco intensa, mas os indícios não podem ser menosprezados. E quais são esses indícios? Eis dois deles:

a) é cada vez mais intensa a aderência dos movimentos LGBT às perspectivas que entendem as sexualidades e os gêneros através da cultura, e não do campo médico, biológico ou genético. Isso fica mais evidente em como, de forma crescente, se compreende que é necessário despatologizar as identidades trans. Como vimos, é claro que alguns ativistas, em geral homens gays fortemente heteronormativos, ainda entendem as identidades trans como um problema de saúde, mas essas ideias visivelmente estão em franco declínio, felizmente. As discussões para aprovação ou modificação das leis de identidade de gênero nesses países mostram isso de uma forma muito evidente. Entendo essa tendência como uma positiva contaminação dos estudos e ativismos de uma pegada mais *queer* sobre o movimento LGBT institucionalizado;

b) alguns conceitos caros aos estudos *queer*, em especial o de heteronormatividade, são cada vez mais recorrentes nos discursos de lideranças do movimento LGBT. É claro que, muitas vezes, assim como ocorre no Brasil, heteronormatividade é usado como sinônimo de homofobia. (COLLING; NOGUEIRA, 2014) Em alguns casos, também se usa a ideia de heteronormatividade no movimento LGBT para denunciar alguma situação exterior ao seu coletivo, jamais para detectar e pensar sobre como a sua própria pauta também a reforça. Mas, mesmo nessas situações, não deixa de existir uma potência aí, pois é a heterossexualidade enquanto um regime político compulsó-

rio e normativo que começa a ser problematizada, ainda que muito timidamente.

Retomo duas referências bibliográficas usadas nesse livro para continuar a pensar sobre esses pontos de contato entre movimento LGBT e ativismo *queer*. Ana Cristina Santos detectou algo parecido na militância portuguesa e chamou isso de “ativismo sincrético, um tipo de ação coletiva que usa tanto o *lobby* e a ação direta, integracionista e reivindicações transgressoras alternadamente”. (SANTOS, 2013, p. 9) Pecheny, Figari e Jones (2008, p. 15) ao tratar sobre o movimento social argentino, também apontou para uma direção semelhante. Ele disse que o impacto da perspectiva *queer*, “que está longe de ser homogênea, é inegável, pois deu um impulso tanto no político como no acadêmico-institucional (negando a negação, já que surgiu como reação ao institucionalizado) para a maioria desses temas e sujeitos como legítimos”.

No entanto, penso que a minha pesquisa aponta não só para um movimento que ora usa estratégias mais institucionais e oficiais e ora opta pelas ações diretas, o que, em seu conjunto, poderia ser pensado como “sincrético”. Penso que esta pesquisa nos dá elementos para dizer que podemos já estar em outra fase, na qual uma parcela do movimento LGBT mais institucionalizado, que dialoga com o Estado, reivindica leis e que usa estratégias mais “tradicionais” (como o *lobbying*, abaixo-assinados, campanhas via mídia, etc.), está usando, cada dia mais, um certo modo de explicar as causas dos preconceitos relativos aos gêneros e às sexualidades que está sintonizado, de alguma forma, com as perspectivas *queer*. E isso fica evidente não só no uso de expressões caras aos estudos *queer*, mas também em, por exemplo, na crescente aderência à recusa de pensar as sexualidades e os gêneros através de um modelo patologizante e no uso das reflexões sobre o caráter compulsório e normativo da heterossexualidade.

Se esse diagnóstico estiver correto, poderíamos pensar que uma parte minoritária do movimento LGBT estaria passando por um processo, ainda que incipiente, de *queerização*? Penso que não, pois o

que essa parcela pequena do movimento LGBT (não por acaso notadamente ligada às questões trans) está fazendo é incorporar apenas algumas reflexões e palavras. Isso é realizado na medida em que for possível para não entrar nas ações, opiniões e práticas mais dissidentes que, na visão da maioria dessa militância LGBT, poderiam colocar em risco ou evitar conquistas baseadas em pautas como a união civil, o casamento igualitário, a adoção e a lei de identidade de gênero, que foram e/ou são, de forma disparada, consideradas prioritárias, inclusive nessa ordem.

As diferenças entre o movimento LGBT institucionalizado e o ativismo *queer* e as contaminações do segundo sobre o primeiro também podem ser produtivas para pensar as próprias teorias dos movimentos sociais (GOHN, 1997) e, em especial, a chamada Nova Política de Gênero, que Butler (2006, p. 17) sintetizou como “uma combinação de movimentos que englobam o transgênero, a transexualidade, a intersexualidade e suas complexas relações com as teorias feministas e *queer*”. Sugiro que essa Nova Política de Gênero tem contaminado, ainda que de forma modesta, outras formas de realizar políticas sexuais e de gênero, que talvez estejam se dando conta do alerta realizado por Guattari, resumido por Gohn. (1997, p. 136)

Em relação ao Estado, as posições de Guattari são claras: alguns movimentos sofrem o clássico processo de atração pelo Estado. Mas eles não devem se diluir no interior de um aparelho burocrático institucional porque suas tarefas são mais amplas. Um movimento não se esgota numa secretaria governamental. Se o movimento se reduzir a isso, ele morre.

Por fim, destaco apenas um aspecto em que movimento LGBT e o ativismo *queer* se assemelham e, ao mesmo tempo, se diferenciam: a afirmação das identidades. A pesquisa mostra que é falsa a percepção de que o ativismo *queer* é anti-identitário ou contra as identidades.¹²⁶

¹²⁶ Penso que essa percepção foi gerada em função das críticas dos estudos e ativismos *queer* aos limites das políticas de afirmação das identidades e na compreensão equivocada de que ser pós-identitário é o mesmo que ser anti-identitário.

Pelo contrário, o ativismo *queer* chega a ser, em determinamos momentos, hiperidentitário. A diferença está em quais são as identidades privilegiadas. O ativismo *queer* é hiperidentitário em identidades tidas como as mais abjetas, aquelas que envolvem as *bolleras*/sapatonas mais masculinizadas, as *maricas locas*/bichas afeminadas e *fexativas*, as não monogâmicas, as pobres, as adeptas de práticas sexuais tidas como não convencionais, as diversas identidades trans, enfim, etc. e etc. Não quero dizer, com isso, que todo o movimento LGBT desconsidere essas identidades abjetas por completo, ou de que toda militância *queer* afirme todas as identidades acima mencionadas. A diferença está na ênfase entre quais as identidades são mais afirmadas no movimento LGBT e quais são hiper afirmadas no ativismo *queer*.

Como era de se esperar, inclusive em função do que já se sabe no Brasil há muitos anos, (ver Facchini, 2005, Simões e Facchini, 2009, ou MacRae, 1990) é preciso enfatizar que também existem muitas diferenças no interior daquilo que chamei de movimento LGBT institucionalizado e *mainstream*, e também no interior do que nomeei como ativismo *queer* e/ou de dissidências sexuais e de gênero. Há pessoas e grupos do movimento LGBT mais conservadores e outras bem mais progressistas, algumas bem mais normatizadas e outras bem mais críticas das normas que incidem sobre todos.

Já entre os coletivos *queer*, as diferenças também se multiplicam, inclusive porque não existe uma federação que pensa e define diretrizes para todos. O que os une são os pontos que desenvolvi a pouco, mas, como ficou evidente ao longo do livro, as diferenças variam de acordo com vários elementos, que incluem características político/partidárias, geracionais, de classe, estéticas e também em função do grau de esforço para pensar em políticas de dissidência sexual e de gênero dentro da cultura e realidade de cada país. E isso tudo gera uma riqueza que não para de ser produzida, pois, ao contrário do que algumas pessoas acreditam, os coletivos *queer* não estão apenas repro-

duzindo de uma forma colonialista alguns textos famosos de teóricas *queer* escritos em outros países.

Pelo contrário: acadêmicos e/ou ativistas estão a cada dia dando cores locais ao *queer*, o que inclui recontar a genealogia do *queer* em seus países, positivar e ressignificar os insultos usados em suas línguas e gírias e mostrar que é possível, sim, fazer política através de outros referenciais,¹²⁷ e que essa política não se resume à crítica cultural (como se isso fosse desprezível), tendo como um dos slogans a frase: “que os outros sejam o normal”.

E, afinal, foi bom pra você?

¹²⁷ Apenas a título de exemplo, Palmeiro (2014) faz isso na Argentina, San Martín (2011) e Sutherland (2014) fazem isso no Chile, e Pereira (2012), Pelúcio (2014) e Miskolci (2014) fazem isso no Brasil.